

François Quesnay na Teia da Vida: um apontamento preliminar dos problemas teóricos na obra de Jason Moore

Lucas Trentin Rech¹; Helena Marroig Barreto²; Cíntia Riquele Bezerra Silva³

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a obra do geógrafo estadunidense Jason Moore vem ganhando tração no debate ecológico-marxista brasileiro, com citações aos seus textos se multiplicando e sua estrutura teórica sendo utilizada enquanto base para dissertações de mestrado e teses de doutorado. A crescente presença dos trabalhos de Moore na literatura brasileira nos leva a olhar com mais cuidado para sua obra, que traz formulações instigantes, como a sua definição de Capitaloceno, que visa distinguir a ação humana (antropo) da ação do capital; a proposta de uma ecologia mundo para compreender a conexão entre a humanidade e a natureza de forma mais relacional; e a ideia de *natureza barata*, destacando a necessidade do capital em reproduzir uma forma específica da natureza, que se subsume à lógica do valor.

Neste trabalho, buscamos então avaliar alguns desses conceitos, e de que maneira contribuem ou prejudicam a correta apreensão de uma ecologia marxista. Embora Marx não tenha elaborado nenhum texto exclusivamente ecológico em sua vida, a natureza sempre ocupou um papel importante em sua análise, como o meio sobre o qual, e sob o qual, a humanidade executa seu processo de trabalho, sua práxis como atividade fundante humana. Recentemente, importantes esforços têm sido feitos para aproximar os debates da ecologia marxista da questão do valor, buscando sistematizar com mais rigor as abordagens. O trabalho seminal de Kohei Saito (2021), a *Ecologia de Karl Marx* é um dos esforços mais avançados neste sentido, ao avançar na análise da categoria marxiana do metabolismo, conectando-a com debates de alienação e fetichismo.

Moore se situa em um campo oposto ao da escola do metabolismo que é fundada por Foster, da qual Saito é herdeiro (MARTINS, 2023). O autor critica essas abordagens

¹ Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Pesquisador Visitante no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

pelo que considera um dualismo cartesiano, que coloca em polos separados a natureza e a sociedade. O autor argumenta que esta separação é equivocada, e mais que isso, uma das grandes elaborações burguesas, e que estaria sendo reproduzida por marxistas descuidados, já que leva ao entendimento de que a natureza é apenas um objeto para a apropriação do sujeito humano.

Nosso interesse, neste trabalho, não é entrarmos no debate que vem sendo travado entre a escola do metabolismo e a escola da ecologia-mundo, de maneira muitas vezes superficial que apagam outros debates relevantes. O que queremos aqui é avaliar de que maneira a obra de Jason Moore se atém a concepção de valor de Marx e de que forma se afasta desta. O autor é certamente eclético ao construir sua ecologia mundo, mas professa um interesse em se ater à crítica da economia política.

Dessa maneira, como sugere o título, nos esforçaremos em destacar algumas concepções do geógrafo estadunidense, sobretudo as de valor e dos quatro baratos. Consideramos que por esses debates, Moore busca conferir à natureza uma centralidade simbiótica ao processo de trabalho e à própria acumulação de capital. Neste sentido, ressoa concepções que enxergavam na natureza o espaço de criação da riqueza. Assim, começaremos retomando a abordagem dos fisiocratas que tem como grande representante o médico francês do século XVII, François Quesnay, para investigar de que maneira a obra de Moore se aproxima desta leitura.

Como se sabe, apesar de nutrir grande respeito por Quesnay e pelas realizações teóricas fisiocratas, Marx irá, no segundo capítulo de Teorias do Mais-Valor⁴ analisar a concepção de valor fisiocrata e, essa análise, será apresentada na primeira seção deste artigo. Já na segunda seção, nos ocuparemos da definição de valor de Jason Moore expressa em *Capitalism in the Web of Life*, que é inclusive menos problemática que aquela que o autor apresentará em obras posteriores. Por fim, na terceira seção, que é àquela em que concluímos o trabalho, buscaremos demonstrar os motivos que aproximam Jason Moore a François Quesnay.

1. MARX E A CRÍTICA AOS FISIOCRATAS

⁴ O título da obra traduzida para o português que nos utilizamos é, na verdade, Teorias da Mais-Valia. Todavia, como já tem sido tradição na literatura marxista nacional a partir da tradução dos Grundrisse por Mario Duayer, utilizaremos o termo mais-valor em substituição ao termo mais-valia.

O principal debate de Marx com a fisiocracia sobre a questão do valor encontra-se no Capítulo II das *Teorias do Mais-Valor*. No qual realiza uma crítica com extrema consideração aos fisiocratas e não se limita apenas ao elogio do *Tableau de Quesnay*, mas também às características básicas da sua análise do valor. Marx ressalta que “antes dos fisiocratas explicava-se o [mais-valor]⁵, ou melhor, o lucro prisioneiro de sua forma (*Gestalt*), apenas pela *troca*, pela venda da mercadoria acima do valor”. (MARX, 1980, p. 15).

Uma das características principais dos fisiocratas é a centralização da sua análise em torno do produto líquido ou excedente. O excedente é a parte da produção social total que excede o rearranjo dos meios de produção e dos meios de subsistência necessários àqueles que, com o seu trabalho, criaram a própria produção social. O foco no excedente já aparecia, ainda em fins do século XVII, na obra do inglês William Petty, quando argumentava que a chave para a compreensão da riqueza estava, ineliminavelmente, na produção que excedesse aquela necessária ao consumo. Isso porque, argumentava Petty, era através do excedente (agrícola em seu exemplo) que se poderia aumentar a produção futura.

Já conhecedores do esquema de Petty, e certamente por ele influenciados, os fisiocratas atestarão que o produto líquido (excedente) se formaria apenas na agricultura. Diante disso, o excedente em termos materiais, resulta da diferença entre o produto e os insumos utilizados. Isto é, se a partir da utilização de uma quantidade x de sementes de trigo se produz além do suficiente para alimentar os trabalhadores empregados na produção do grão e do suficiente para se plantar a mesma quantidade de trigo do período inicial, há excedente.

Dessa forma, a produção de excedente só seria, para Quesnay, possível na agricultura, já que os demais setores, manufatura por exemplo, apenas transformam a matéria, sem, portanto, produzir ‘a mais’. É dizer que, o padeiro, utiliza todo o trigo que possui para a produção do pão e, ao final do processo produtivo, não é capaz de produzir trigo e/ou pão ‘a mais’. Seu trabalho limita-se a transformação da matéria prima – o trigo –, através do trabalho, em um novo produto – o pão.

Essa compreensão se dá, pois, para Quesnay, a riqueza era compreendida em termos materiais-quantitativos e, portanto, o único setor que seria possível de aumentar

⁵ Para fins de homogeneização do texto, todas as aparições de ‘mais-valia’ na tradução utilizada serão substituídas por [mais-valor].

a quantidade produzida entre um e outro ciclo de produção seria a agricultura. Mesmo que o padeiro produzisse mais pães em um segundo momento, ele só o faria porque a agricultura lhe disponibilizou mais trigo. Não somente, o valor equivalerá a riqueza e, portanto, o trabalho agrícola é o único trabalho que gera valor excedente.

Feita essa breve introdução, passemos aos destaques de Marx em suas *Teorias do mais-valor*:

Os fisiocratas deslocaram a pesquisa sobre a origem do [mais-valor], da esfera da circulação para a da produção imediata, e assim lançaram o fundamento da análise da produção capitalista. Com toda razão estabeleceram o princípio fundamental: só é produtivo o trabalho que gera [mais-valor] e em cujo produto portanto se contém valor maior que o atingido pela soma dos valores consumidos na sua elaboração. Dado o valor das matérias-primas e materiais e sendo o valor da força de trabalho igual ao *mínimo de salário*, é evidente que esse [mais-valor] só pode consistir na quantidade de trabalho que o trabalhador deixa para o capitalista e que excede a quantidade de trabalho recebida no salário. Mas os fisiocratas não a veem (sic) nessa forma, pois ainda não reduziram o valor a sua *substância simples*, quantidade ou tempo de trabalho. (MARX, 1980, p.21).

Mais adiante:

A fisiocracia, cuja contribuição importante e específica é a de ter derivado o valor e o [mais-valor] não da circulação e sim da produção, começa necessariamente, ao contrário do sistema monetário e do mercantilista, com o ramo da produção que se pode considerar isolado e independente da circulação, da troca, e pressupõe não intercâmbio entre o homem e o homem, mas apenas entre o homem e a natureza. (MARX, 1980, p. 24).

A análise de Marx em relação aos fisiocratas centra-se na questão da natureza e do valor econômico. Nesse sentido, a enorme e específica contribuição dos fisiocratas, seria o fato de derivarem o valor e o mais-valor, não da circulação, mas da produção. Para Marx, o contraste com o sistema monetário e mercantil qualifica a análise fisiocrática como a primeira tentativa de analisar a origem do mais-valor em geral. Também explica por que é que o sistema fisiocrático é a primeira concepção sistemática da produção capitalista. (BURKETT, 2006).

Partindo da lógica fisiocrata, a produção que não for agrícola é uma transformação de diferentes elementos de riqueza a partir da combinação entre eles. Trazendo outro exemplo de como se dá a compreensão fisiocrata, podemos dizer que se um ourives transforma a prata em estado bruto em uma gargantilha, o que se procede, é uma transformação material, a partir do contato da prata com o fogo e outros meios de produção necessários. Não há, portanto, adição material (mais-riqueza), há apenas transformação material. Por outro lado, a agricultura implica na geração ou criação de

riqueza efetiva, na medida em que constitui uma renovação e um aumento material da riqueza que se renova. De fato, os fisiocratas identificavam a riqueza real e o valor econômico a partir das matérias primas geradas pela terra (BURKETT, 2006).

É do trabalho do agricultor que ao produzir além das suas necessidades, a partir das dádivas da terra, que o excedente se forma. Essa compreensão, no limite, afirma que o excedente é uma espécie de presente divino àquele que cultiva a terra. Portanto, a subsistência material dos trabalhadores não agrícolas, depende da capacidade do trabalhador agrícola de produzir para além do salário do seu trabalho. Logo, que somente a agricultura pode produzir um excedente de meios materiais de subsistência. Em suma, em termos materiais, os trabalhadores não agrícolas produzem apenas o seu sustento através da sua transformação da riqueza material fornecida pela agricultura.

François Quesnay, em seu quadro econômico inicia uma análise na qual a nação se reduz a três classes de cidadãos: a classe produtiva, a proprietária e a estéril. Define essas classes da seguinte forma:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação.

A classe dos proprietários compreende o soberano, os possuidores de terra e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da reprodução que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração.

A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram suas rendas da classe produtiva. (QUESNAY, 1983, p. 257-258).

Tendo em conta a distinção entre trabalhadores agrícolas e proprietários de terras, a famosa divisão da sociedade pelos fisiocratas em classes produtiva, proprietária e estéril decorre imediatamente da sua visão básica da produção de riqueza. A classe produtiva é aquela que realiza a criação da riqueza da nação através do cultivo da terra. A classe dos proprietários subsiste do rendimento ou do produto líquido do cultivo – cabe aqui destacar que, de maneira bastante perspicaz, os fisiocratas apontaram em seu sistema uma separação entre o produtor e o receptor do excedente. Não são, no sistema fisiocrata, os produtores que gerenciam o excedente mas, sim, aqueles que possuem a

propriedade da terra. Logo, podemos, a partir de uma categoria marxiana, entender que os produtores agrícolas estavam alienados do produto excedente do seu trabalho devido a estrutura de propriedade –. E por fim, a classe estéril é composta por todos os cidadãos que se dedicam à prestação de outros serviços ou à realização de outros trabalhos que não os agrícolas, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva, e pela classe dos proprietários, que retira ela própria o seu rendimento da classe produtiva.

Marx (1980, p. 29) argumenta que a importância da classe dos proprietários de terra, que não é ‘estéril’ por representar o valor excedente, não provém de produzir ela o mais-valor, mas de exclusivamente apropriar-se do excedente. É dizer que, a importância dos proprietários para o sistema não está em sua capacidade, mas na capacidade alienada a eles, por intermédio da propriedade da terra, por outra classe. Por definição, para os fisiocratas, só o trabalho agrícola é produtivo – essa é a primeira razão apresentada – porque é a base natural e a precondição do desempenho autônomo de todas as outras espécies de trabalho.

Os fisiocratas pensaram o desenvolvimento econômico em uma sociedade predominante agrícola, mais especificamente, aquela da França da primeira metade do século XVIII. Eles entendiam que os adiantamentos e as despesas realizadas, aumentavam a produtividade, propiciando um excedente, concebido como uma dádiva da natureza. Não entendiam, portanto, que a classe proprietária era por si só estéril, já que apesar de não produzir, era ela a responsável pela correta alocação do excedente.

Por sua vez, Marx busca deixar claro que o proprietário da terra vende o que não comprou e não produziu. Segundo ele, os **fisiocratas colocam como ‘pura dádiva da natureza’ aquilo que é, na verdade, o produto do trabalho excedente, o qual o proprietário da terra não remunera.** (MARX, 1980).

A natureza, para os fisiocratas, apenas concede a dádiva da ampliação do produto para além do necessário à subsistência do produtor quando há desenvolvimento técnico do trabalho agrícola, possibilitado pelo investimento por parte de um proprietário rico. Isto é, não aparece, em momento algum, o mais-trabalho. Todo excedente converte-se, sobretudo no esquema apresentado por Anne Robert Jacques Turgot, como derivado da dádiva divina e da correta utilização do excedente pelos proprietários de terra.

Sabe-se que, para Marx, ao contrário, a fonte do mais-valor e, portanto, dos lucros, provém da capacidade da força de trabalho em produzir mercadorias que contenham mais valor do que o representado pelos seus salários. Todavia, o autor alemão reconhece que tal excedente pressupõe, naturalmente, que o trabalho agrícola deve ser suficientemente produtivo para que se produza mais meios de subsistência do que os necessários aos próprios trabalhadores agrícolas. Caso contrário, não haveria produto excedente na agricultura nem meios de subsistência para os trabalhadores não agrícolas, logo não haveria mais-valor (agrícola ou não agrícola). Neste sentido, o mais-valor tem uma base natural. Os fisiocratas confundiram essa base natural com a determinação efetiva do mais-valor em relações de produção especificamente capitalista:

o trabalhador agrícola, depende do mínimo do salário, o estritamente necessário, reproduz mais que estritamente necessário, e esse excedente é a renda fundiária, o [mais- valor] de que se apropriam *os donos da condição fundamental do trabalho, a natureza*. Assim, não se diz: o trabalhador trabalha por tempo maior que o necessário para reproduzir sua força de trabalho; o valor que gera é, portanto, maior que o valor da força de trabalho; ou o trabalho que dá em troca é maior que a quantidade de trabalho que recebe na forma salário. O que diz é: a soma dos valores de uso que consome durante a produção é menor que a soma dos valores de uso que gera, e assim sobra um excedente de valores de uso. Se trabalhasse apenas o tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho, nada sobraria. Mas os fisiocratas atêm-se apenas a ideia de que a produtividade da terra permite ao trabalhador, na jornada que se supõe dada, produzir mais do que precisa consumir para continuar a viver. Esse valor excedente aparece, portanto, como dom da natureza; graças à cooperação desta, determinada quantidade de matéria orgânica – sementes, animais - capacita o trabalho a converter maior quantidade de matéria inorgânica em orgânica. (Marx, 1980, p. 26) [grifo nosso].

Na agricultura, manifesta-se diretamente o excedente de valores de uso produzidos em relação aos valores de uso consumidos pelo trabalhador, e pode, portanto, ser compreendido sem uma análise do valor em geral, sem uma compreensão clara da natureza do valor. Por isso, também quando o valor é reduzido ao *valor de uso*, e este último a substância material em geral. Assim, para os fisiocratas, o trabalho agrícola é o único trabalho produtivo. Por todas essas razões, o trabalho agrícola era considerado pelos fisiocratas como o criador de excedente. (MARX, 1980).

Seria, para Marx, a confusão dos fisiocratas entre valor e riqueza material a razão pela qual "não conseguiram penetrar no mistério do mais-valor". Marx, em *Teorias do mais-valor*, nota que o salário, o lucro e a renda fundiária são as três fontes de renda, mas não são a fonte do valor de troca. E que capital e terra constituem fonte de

renda para os respectivos proprietários ao representarem direito a certa quantidade de trabalho excedente.

A propriedade fundiária e o capital por constituírem fontes de renda para seus donos, isto é, por lhes darem o poder de se apropriarem de parte dos valores criados pelo trabalho, não se tornam fonte do valor que apropriam. O que cria o valor é o trabalho e não o salário; este não passa de valor já existente, ou considerando-se a produção toda, a parte do valor criado pelo trabalhador da qual ele mesmo se apossa.

O problema é que os fisiocratas confundiam a substância natural da riqueza real, com o "valor" especificamente circunscrito ao modo de produção capitalista. Marx aponta, assim, que a visão geral dos fisiocratas sobre a natureza do valor, consiste em coisas materiais - terra, natureza – e as várias modificações dessas. **Dessa forma, na raiz da perspectiva fisiocrata está a equiparação do valor à riqueza material** (BURKETT, 2006).

A visão histórico-social limitada dos fisiocratas os impedia de analisar criticamente as formas específicas de valorização e exploração da riqueza no capitalismo, ou seja, se atinham a aparência e não eram capazes de captar a essência do fenômeno. Consequentemente, concebiam o valor apenas como valor de uso, apenas como substância material, e o mais-valor como uma mera dádiva da natureza.

2. O VALOR NA TEIA DA VIDA

Em *Capitalism in The Web of Life*, Moore (2015) dedica o capítulo de número dois, *Value in the Web of Life*, à apresentação de sua compreensão do valor. De início o geógrafo estadunidense propõe “*the possibility for a productive synthesis of Marxist and Green thinking*”; para atingir tal objetivo inicia perguntando de que maneira a leitura da lei do valor marxiana, através do *oikeios* nos ajuda a entender o desenvolvimento, as crises e as reestruturações do capitalismo. Antes de prosseguirmos, cabe esclarecermos ao leitor o que Moore pretende dizer com o termo grego *oikeios*:

Oikeios é uma maneira de nomear a relação criativa, histórica e dialética entre, e também sempre dentro, das naturezas humanas e extra-humanas. O *oikeios* é uma abreviação: de *oikeios topos*, ou "lugar favorável", um termo criado pelo filósofo-botânico grego Theophrastus [...] indicava [para ele] a relação entre uma espécie de planta e o ambiente [...]

[A perspectiva através do oikeios visa] situar a relação geradora e criativa de espécies e ambiente como o pivô ontológico de mudança histórica. *Essa reorientação* desperta a questão da natureza - como matriz em vez de recurso ou condição possível - para análises históricas; permite a reconstrução dos grandes movimentos da humanidade, das guerras à literatura, às revoluções científico-tecnológicas, como se a natureza importasse como um todo ao processo histórico, não apenas o seu contexto, ou suas consequências" (Moore, 2016, p. 169) [grifo nosso]

Isto é dizer que, quando propõe interpretar Marx a partir do *oikeios*, propõe uma releitura do desenvolvimento capitalista, ou em seus termos, da ecologia-mundo, na qual a natureza se coloca enquanto matriz da análise. Não é apressado indicarmos que, não se trata de um detalhe, mas de ação substantiva, já que para Marx, o sujeito das transformações históricas é o ser-humano. Moore acaba conferindo à teia da vida, o conjunto de natureza humana e não humana (que inclui o clima, as ervas, as doenças), um caráter ativo, de sujeito. Neste sentido, o autor apresenta um ecletismo que o aproxima de um não-marxismo vitalista (ver Bennet, 2015). Mas é importante destacar que Moore tem a intenção explícita de fundar sua ecologia mundo na teoria do valor.

Através da lente marxiana, Moore (2015, C. 2)⁶ atesta que a medida do valor através do tempo médio de trabalho embutido nas mercadorias é um fenômeno tipicamente capitalista: "*This kind of value was unprecedented, and its expressions were spectacular*". Nesse sentido, ele está em linha com a crítica efetuada por Marx aos fisiocratas - que apresentamos na seção de número 1 - isto é, entende que o valor é especificamente capitalista, e regulado a partir da quantidade socialmente necessária de trabalho abstrato.

O autor dirige então críticas a teoria do valor por não reconhecer a contribuição da natureza na sua constituição. Embora a crítica aqui seria mais corretamente direcionada às leituras mecanicistas de Marx, o autor é pouco específico. Se aproximando do debate da reprodução social travado pelo marxismo feminista, Moore argumenta que a natureza contribui de maneira essencial para os produtos que o capital representa como valores, isto é, é produtora de valores de uso. A dificuldade de uma ecologia marxista então seria incorporar a centralidade da produção de valores de uso da natureza (ou do trabalho não pago de reprodução, em sua maioria feminino) sem deixar de lado o trabalho abstrato como a substância do valor, isto é, considerar a esfera do trabalho mercantilizado/assalariado como o espaço de geração do valor.

⁶ Por se tratar do uso de um livro digital, formato epub, não enumeraremos as páginas, e nos limitaremos a indicar os capítulos.

Na seguinte passagem, Moore deixa claro como a questão da natureza precisa ser compreendida dentro das relações do valor:

While Marxist political economy has taken value to be an economic phenomenon with systemic implications, the inverse formulation may be more plausible: value-relations are a systemic phenomenon with a pivotal economic moment. [...] The value-form (the commodity) and its substance (abstract social labor) depend upon value-relations that configure wage-labor with its necessarily more expansive conditions of reproduction: unpaid work. Importantly, capital's appropriation of unpaid work transcends the Cartesian divide, encompassing both human and extra-human work outside, but necessary to, the circuit of capital and the production of value. (Moore, 2015, C. 2)

O autor critica a leitura marxista mecanicista (o que chama de economia política marxista, o que indica a tradição soviética) e destaca que o valor justamente não é uma categoria econômica, uma mera materialização do trabalho abstrato, mas uma relação social, a forma social capitalista da riqueza, que pressupõe o próprio processo de abstração social. Tomar o valor como uma categoria econômica (na forma mais radical, simplesmente como os preços) que se impõe sobre os processos da natureza, seria aceitar acriticamente a sua aparência reificada. Devemos, pelo contrário, compreender o caráter social do valor e investigar as relações sociais que permitem a sua crescente generalização. Investigar como a natureza é organizada, para que o valor possa existir e se ampliar, é essencial.

Destaca-se que nessa passagem, Moore é pouco cuidadoso com o uso da categoria *trabalho*, um problema que aparece recorrentemente em sua obra. Na sequência do segundo capítulo, Moore (2015) deixará evidente que, assim como os seres humanos, os seres não humanos – natureza extra-humana – também trabalham. Isto é, afasta-se da proposição marxiana de que a distinção entre os seres humanos e o restante da natureza está, especificamente, no trabalho. Ao falar sobre a importância do dinheiro para o capitalismo histórico, Moore (2015, C. 2) dirá que a existência desse é fundamental para “*de-valuing of the rest of nature [natureza extra-humana], so as to put these **natures to work for free, or low cost***”. Ou ainda, ao se referir à expansão da mercadorização:

First, commodity frontier movements were not merely about the extension of commodity relations, although this was central. They were also, crucially, about the deployment of territorial power and geographical knowledges

necessary for the commodity-oriented appropriation of unpaid work/energy. *This unpaid work could be delivered by humans—women or slaves, for example—or by extra-human natures, such as forests, soils, or rivers.* (Moore, 2015, C. 2) [grifos nossos]

Para a surpresa de qualquer pessoa minimamente conhecedora da obra de Marx, para Moore (2015), as florestas os solos e os rios trabalham. Embora possa ser enfadonho o uso de longas citações, cabe recordarmos o que escreve Marx (2013) no segundo parágrafo do capítulo 5 – *O processo de trabalho e o processo de valorização* – do primeiro livro do capital:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais. (Marx, 2013, pp. 255-6)

É dizer que, na compreensão marxiana, o trabalho não é apenas especificamente humano, mas ele é a ação humana sobre a natureza. Não há, portanto, espaço para que a terra trabalhe, o que não é o mesmo que dizer que a terra não é fundamental para a produção. De fato, não há humanidade sem que haja condições naturais para sua existência. Aliás, quando se trata da produção de riquezas, e não de valores, Marx (2013, pp. 120-1) recorre a William Petty para evidenciar a importância igual do trabalho e da natureza⁷.

⁷ “Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas

Ao equiparar as ações naturais e instintivas da natureza extra-humana ao trabalho humano, Moore (2015) se distancia da tradição marxista que enxerga na relação humanidade-natureza uma relação de sujeito e objeto e confere à natureza o caráter de agente histórico. De fato, o autor advoga um monismo como forma de compreender essa relação.

Essa posição tem sido duramente criticada por Foster (2016) e Saito (2023) que consideram que a leitura de Moore torna indiferenciada a relação entre a humanidade e a natureza, deixando, portanto, de reconhecer contradições entre esses polos. Moore rebate a acusação denunciando a escola do metabolismo de um dualismo metodológico. Este é um debate que polariza a ecologia marxista atual, mas que consideramos que contém exageros de ambos os lados, o que acaba apagando outras questões relevantes. Para uma apreciação crítica, sugerimos Martins (2023) e Cassegard (2021). Embora não seja possível aqui aprofundarmos este debate, destacamos que um certo dualismo é importante para corretamente apreender a natureza – um dualismo dialético entre suas formas sociais e sua objetividade material – mas que, como destaca Moore, não pode configurar a natureza como algo externo sob o qual a lógica do capital apenas se impõe. Neste sentido, a natureza precisa ser compreendida também como um produto da ação humana (embora não restrito a isso).

Moore destaca que não devemos questionar o que o capital faz *para* a natureza, mas sim o que a natureza faz *pelo* capital (CASSEGARD, 2021). Neste sentido, o autor incorpora elementos da tradição da “produção da natureza”, que tem como representantes Neil Smith e David Harvey. No entanto, Moore quer fugir da perspectiva antropocêntrica que resume o mundo material ao mediado pela humanidade, e assim acaba atribuindo uma autonomia ativa à natureza, inclusive com capacidade de provocar crises na lógica do capital, como se observa no seguinte trecho em que debate a questão dos limites da acumulação:

The limits suggested by a monist and relational view of metabolism bring into focus the historical agency of extra-human natures as internal to capitalism’s crises. (MOORE, 2015, C. 3)

Parece óbvio, mas por vezes é necessário salientar, que a produção de alimentos, de energia e de matérias-primas se dá a partir de uma posição teleológica forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe” (Marx, 2013, pp. 120-1).

especificamente humana. Isto é, a própria utilidade de determinados objetos naturais para a satisfação das necessidades humanas não nos é dada, mas sim, é por nós concebida. Assim, os valores de uso da natureza devem ser compreendidos também socialmente:

A eletricidade é historicamente ativa, mas não como mera força natural (como descarga elétrica que provoca incêndios, por exemplo), e sim como um elemento de produção dominado pelo homem e incorporado ao conjunto das forças materiais de produção, objeto de propriedade privada. Como força natural abstrata, a eletricidade existia mesmo antes de sua redução a força produtiva, mas não operava na história, sendo um tema para hipóteses na ciência natural (e, antes, era o “nada” histórico, já que ninguém se ocupava dela e, ao contrário, todos a ignoravam). Gramsci (Q 11, § 30, p. 161)

A compreensão da natureza como um sujeito que trabalha é um problema na obra de Moore, e acaba nublando apontamentos interessantes que o autor faz, como destacar a importância da reprodução das condições materiais necessárias ao valor. Moore aprofunda este debate quando introduz o conceito de *natureza barata*.

Para Moore, a natureza precisa ser capturada como uma Natureza Barata “o fluxo crescente de alimentos, mão de obra, energia e matérias-primas de baixo custo para os portões das fábricas (ou portas de escritórios, ou ...). Estes são os Quatro Baratos. A lei do valor no capitalismo é uma lei da Natureza Barata”⁸.

Para o geógrafo e historiador estadunidense a acumulação e apropriação (das naturezas baratas, e não apenas do mais-valor) se interconectariam como igualmente necessárias para o capital. A acumulação dependeria de ondas de incorporação dessa natureza barata, que resultaria de produzi-las reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário.

A ideia de apropriação se aproxima do debate de acumulação primitiva. Marx destacou que o fundamento da relação capitalista seria a radical separação, inédita na história, dos trabalhadores de seus meios de vida, o próprio mundo natural, que os converteria em trabalhadores “livres” que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Marx apontava aí o fundamento ontológico do capitalismo, e não simplesmente seu fundamento histórico, tendo a proletarização dos trabalhadores como o pressuposto do capital (aí a força de trabalho se converte em mercadoria, e se pode extrair mais-valor, o fundamento do capital), num debate que destaca como este

⁸ “rising stream of low-cost food, labor-power, energy, and raw materials to the factory gates (or office doors, or ...). These are the Four Cheaps. The law of value in capitalism is a law of Cheap Nature”. (Moore, 2015, C. 2)

processo de separação necessita ser permanentemente reproduzido ao longo da acumulação de capital, tomando novas formas (DE ANGELIS, 2000).

Moore sinaliza um aspecto distinto desta separação, seus efeitos sobre o mundo material: a natureza é convertida em recurso econômico e é reiteradamente disponibilizada a baixos custos para o capital. O autor destaca que como contraponto a emergência do trabalho abstrato, emerge também uma natureza social abstrata. Moore destaca que isso não é feito apenas através da coerção extra-econômica, mas também por instrumentos tecnológicos e ideológicos, que vão reestruturando a esfera de reprodução social.

O autor justifica a lei da natureza barata também a partir da lei tendencial a queda da taxa de lucros. A crescente inovação tecnológica no processo de acumulação amplia a composição orgânica de capital, pressionando pela queda da taxa de lucros. Moore destaca que isso é contrabalanceada pela apropriação barata da natureza, que permite que a composição orgânica se mantenha estável ou até crescente, mesmo mediante a crescente composição técnica do capital. Para isso, o capital precisa se expandir para capturar cada vez mais uma natureza não paga, que possa ser levada aos circuitos do capital melhorando a composição orgânica média. O argumento do autor não é tão claro neste ponto, mas Moore indica que a medida que as relações capitalistas se expandem para as fronteiras de apropriação, elevando nessas atividades também a composição orgânica (e reduzindo o espaço para um trabalho não pago), a possibilidade de capturar uma natureza barata se esgota, e sem este mecanismo contratendencial, abre-se caminho para uma crise, até que inovações sociais, técnicas e políticas abram novas fronteiras de apropriação.

Consideramos que derivar uma lei de natureza barata, centrada nos preços, a partir da lei do valor resulta em uma leitura mecanicista das formas de apropriação da natureza. Como argumenta Huber (2013), a disponibilização da natureza, em sua abundância e escassez, parte justamente de um aspecto relacional, que pode ser reconfigurado em cada momento histórico a partir de um balanço de forças. Por exemplo, como destaca Andreas Malm (2018), em meadas do século XIX, os moinhos d'água foram substituídos por motores a vapor apesar de continuarem sendo mais baratos por bastante tempo. Para o autor, a capacidade de monopolização e controle da classe

trabalhadora⁹ ligada aos motores a vapor foram mais determinante para a trajetória tecnológica, e assim, para a forma de apropriação da natureza então.

Em determinados trechos, Moore é mais cuidadoso em apontar que por lei, entende não uma lei férrea, mas um caráter tendencial da acumulação de capital¹⁰. O autor faz um interessante retomado histórico de como o barateamento da natureza tem sido vital para a acumulação do capital em diversos momentos desde sua origem.

Moore argumenta que a expansão das relações sociais capitalistas depende da expansão da *fronteira de commodities*, da extensão do poder do capital para novos territórios, não apenas para fundar novas relações capitalistas, mas para assegurar um fluxo dos *Quatro Baratos*, de valores de uso que sustentam a relação valor. A apropriação da natureza barata deve crescer para assegurar a acumulação de capital, mais rapidamente que o processo de consolidação da mercantilização da natureza¹¹. Assim, o autor se aproxima de uma longa tradição, que deriva do pensamento de Rosa Luxemburgo¹², que destaca a necessidade de incorporar dinâmicas não capitalistas para sustentar a acumulação de capital. O autor destaca:

“Capitalism’s basic problem is that capital’s demand for cheap natures rises faster than its capacity to secure them. The costs of production rise, and accumulation falters” (MOORE, 2015, Conclusion)

Para Moore, as ondas de acumulação não apenas se apropriam de uma natureza externa e dada; elas se amparam na criação de uma natureza específica, histórica, que

⁹ Motores a vapor permitiam que as indústrias pudessem operar independentemente, sem cooperação para garantir a estabilidade da fonte energética, e pudessem se localizar em centros urbanos, com maior disponibilidade de mão-de-obra, o que favorecia o poder de barganha dos capitalistas.

¹⁰ Por exemplo, quando afirma “Just what is that law of value? First, let us be clear that we get “law” as a term from Marx, who got it from Hegel. Law, in this sense, is a not an iron law of determination, but rather a law in the “Hegelian sense of the ‘abstract’.”¹ To speak of a law of value, then, is not to encage history in a prison house of structural abstraction, but to advance a working proposition about a durable pattern of power and production that has obtained over the time and space of historical capitalism”

¹¹ Moore alega: “When these natures are capitalized, the short-run effect is to generate an enhanced stream of unpaid work/energy, as new techniques and technologies are brought to bear. Over the middle-run, however, capitalization induces rising costs. Socio-ecological reproduction is progressively internalized within the circuit of capital” (MOORE, 2015, C. 2). E adiante “Capitalism’s basic problem is that capital’s demand for Cheap Natures tends to rise faster than its capacity to secure them” (MOORE, 2015, Conclusion).

¹² A leitura de Luxemburgo indica que a acumulação primitiva seria um mecanismo externo à acumulação capitalista que seria acionado para resolver problemas da mesma, em momentos de crise por exemplo. É uma leitura associada a uma visão subconsumista, em que o capitalismo necessitaria se expandir para realizar sua produção, não sendo capaz do mesmo internamente. Esta tese possui alguns equívocos que já foram amplamente avaliados (ver, por exemplo, Rodolsky (2001)). Não obstante, consideramos que a autora tem o grande mérito de resgatar a importância das expropriações e da acumulação primitiva como um elemento central para o capital, abrindo espaço para um amplo debate.

delimitam oportunidades e limites para a acumulação. Quando as relações de produção e reprodução de dado ciclo começam a se esgotar, a capacidade de apropriação da natureza barata é ameaçada e os preços de commodities tendem a subir.

De forma esquemática, poderíamos organizar a lei dos quatro baratos da seguinte maneira: 1) O capital se expande sempre em direção a relações não capitalistas (tradição luxemburguista); 2) aí se vale da expropriação (embora Moore chame o tempo todo de apropriação), que disponibiliza natureza barata para o capital; 3) essa expropriação da natureza extra-humana amplia a composição técnica do capital (amplia a participação do capital constante, as matérias-primas), mas reduz a composição orgânica, já que barateia o capital constante 4) nessas fronteiras de apropriação, a tendência é que novas técnicas sejam desenvolvidas para otimizar a expropriação (a produtividade do trabalho aí aumenta, e por ser o setor primário pouco intensivo em capital, aumenta mais rápido que na indústria) 5) no entanto, isso faz com que a reprodução socioecológica do capital seja cada vez mais internalizada em seus circuitos, e assim, os custos da natureza barata sobem a medida em que a apropriação da natureza nesta fronteira de acumulação é capitalizada, nas palavras de Moore 6) Com isso, acaba a possibilidade de se apropriar de um “excedente ecológico”, e a taxa de lucro tende a cair 7) a tendência é a de crise, até que o capital se expanda a novas fronteiras de natureza barata, reiniciando o ciclo.

Moore sustenta que estamos experimentando hoje o “fim da natureza barata”. Articulado diversas questões ecológicas contemporâneas, o autor aponta a crescente dificuldade de disponibilização da natureza barata – o que não chega a ser verdade, já que, com a instalação das plantas eólicas em alto mar, por exemplo, o vento (fluxo de natureza) é incorporado ao processo de produção capitalista sem nenhum custo –, indicando que pelo contrário, a natureza no contexto da crise climática tem se convertido em uma barreira à acumulação¹³. Assim, o autor acaba derivando uma leitura catastrofista do capitalismo contemporâneo, que inaugura um período de crise permanente, novamente, se aproximando de uma leitura fatalista na tradição luxemburguista.

¹³ “The problem today is one of capitalism exhausting its longue durée ecological regime. (...) On the one hand, new streams of unpaid work are materializing slowly, if at a l. On the other hand, the accumulation of waste and toxification now threatens the unpaid work that is being done: this is the transition from surplus-value to negative-value” (MOORE, 2015, Conclusion)

3. JASON MOORE, UM FISIOCRATA?

Exposta a teoria do valor de Moore (2015), cabe retomarmos a proposição implícita no título desse trabalho: seria a concepção de valor elaborada por Jason Moore uma concepção próxima àquela dos fisiocratas? Nossa resposta é que, embora não sejam iguais, ambas guardam um elemento fundamental em comum, a saber, a centralidade da natureza para compreender a criação da riqueza. Se os fisiocratas entendiam, por sua vez, que o excedente, isto é, a produção de mais riquezas, era consequência de uma dádiva divina, Moore (2015) retira o peso da figura religiosa e aponta uma relação simbiótica entre humanidade e natureza, apagando, à sua maneira, a centralidade do trabalho humano.

Embora Marx reconheça um papel central do mundo natural (a natureza é o corpo inorgânico do ser humano, como coloca nos *Manuscritos de 1844*), Moore vai além, ao conferir uma capacidade ativa à natureza, subjetivando-a como um polo que também trabalha. Esse ponto, por estar no centro da nossa crítica merece uma exposição mais detalhada. Recordemos que, quando Marx (2013), no capítulo 5 d’*O Capital*, descreve o processo de trabalho, deixa claro que a natureza é a base ineliminável do exercício laboral e, por consequência, da vida humana. Também nas *Teorias do mais-valor*, quando critica a abordagem fisiocrata, faz clara sua posição ao determinar que a natureza é a “condição fundamental do trabalho”.

Entretanto, ao apresentar a sociedade capitalista, deixará claro que a condição fundamental dessa forma de sociabilidade está na existência de uma mercadoria *suus generis*, especificamente capitalista: a força de trabalho. Percebe-se que, para o economista e filósofo alemão, há uma diferença não desprezível entre o trabalho, enquanto processo teleológico exclusivamente humano, e a força de trabalho, uma mercadoria exclusivamente capitalista. É dizer que o capitalista não compra o trabalho, mas a força de trabalho do indivíduo que a coloca à venda. Os fisiocratas, como apresentamos na primeira seção deste artigo, não diferenciavam essas duas categorias, o trabalho e a força de trabalho. Até por isso, quando classificavam os trabalhadores que tinham sua atividade voltada para a transformação de matérias-primas, os classificavam enquanto classe estéril. Para Quesnay e fisiocratas, a classe estéril não gerava excedente devido ao fato de que todo o trabalho, por essa classe exercido na transformação de matérias primas, era pago/reposto. Por outro lado, a classe produtiva, formada pelos agricultores, produzia materialmente mais que aquilo que consumia, mas não devido ao

labor mais intenso ou melhor executado, mas devido à dádiva da natureza. Não entendiam, como bem apontara Marx (1980), que o excedente não estava na especificidade do trabalho agrícola, mas sim na diferença entre o valor da força de trabalho agrícola e o valor produzido por essa força de trabalho.

Nos dirá Marx (1980; 2013) que a chave para a compreensão da sociedade capitalista não está no tipo de trabalho, mas na relação social que dirige e direciona o trabalho, isto é, na relação de assalariamento que opõe, dialeticamente, a força de trabalho e o capital. Evidentemente, a compreensão do papel da natureza para a configuração desta mercadoria é essencial: apenas pela permanente reprodução da separação dos trabalhadores de seus meios de vida, os trabalhadores são proletarizados, convertidos em uma classe despossuída que precisa vender essa força de trabalho. Moore nos traz apontamentos importantes para esta compreensão, ao destacar como a reprodução da natureza apartada da humanidade é a reprodução do fundamento lógico do capital. Consideramos ser este o maior mérito de sua obra.

Mas o autor insiste em uma abordagem pouco cuidadosa do trabalho, referindo-se diversas vezes a ideia de um trabalho não pago, seja ele um trabalho humano de reprodução social ou da própria natureza que repõe as condições materiais da existência social. Com essa terminologia, o autor se afasta desta descoberta fundamental de Marx.

Ao indicar que o valor não funciona a não ser quando a maior parte do trabalho não é paga, o geógrafo estadunidense se aproxima de Proudhon, quando esse afirmava que todo o lucro era roubo. Em resposta a Proudhon, lembremos, Marx deixou claro que o trabalhador recebe, por seu tempo de trabalho, o equivalente ao custo de reprodução da força de trabalho, isto é, o equivalente ao nível de subsistência socialmente necessário. Todavia, o valor produzido pela força de trabalho é maior que o valor dessa. É por isso que falamos em mais-valor e não em menos-valor para explicar os lucros do capital. O mais-valor é, justamente, o valor que a força de trabalho produz para além do nível de subsistência socialmente necessário, isto é, acima do seu valor.

Como um exemplo deste equívoco em Moore, ao referir-se às colônias, para se valer de um exemplo de trabalho não valorizado, o autor descarta que, a exploração das colônias estava baseada, sobretudo, na diferença entre o nível de subsistência socialmente determinado na metrópole e o nível de subsistência socialmente determinada na colônia, que obviamente em seu processo de determinação contou com

o uso da força imperial contra a população colonial. A essa diferença de valor entre as forças de trabalho das metrópoles e das colônias, Ruy Mauro Marini nomeou superexploração. Não é dizer que, necessariamente, concordemos com Marini, mas é dizer que é mais coerente, do ponto de vista marxista, falar em um nível de exploração mais intenso nas colônias do que falar, à lá Ricardo e/ou Proudhon, em trabalho não pago.

O trabalhador não recebe o valor de seu trabalho, mas o valor correspondente à sua força de trabalho, que tende a ser o quantum necessário à sua subsistência, essa última sempre socialmente determinada¹⁴. É por esse motivo, que Marx abandona o léxico ricardiano, do qual se vale Moore (2015), que busca derivar o lucro do ‘trabalho não pago’. Não trata-se de roubo, como dizia Proudhon, o lucro capitalista não deriva do ‘trabalho não pago’, já que o capitalista não compra o trabalho, mas resulta do mais-valor, fruto da diferença entre o valor produzido pela força de trabalho e o valor dessa força de trabalho.

Moore (2015), ao construir sua ecologia-mundo a partir dos quatro baratos, coloca a natureza não apenas no centro do processo de reprodução ampliada do capital, mas também enquanto condição fundamental da crise do capital, explicando os ciclos de acumulação a partir da interação sociedade-natureza e a capacidade do capital de efetuar um crescente processo de expropriação. Assim, o autor deixa de lado as relações desenvolvidas entre capital e trabalho para colocar nos espaços externos ao capital (especialmente a natureza não apropriada) o motor da acumulação. Como indicamos, ele recai na mesma tradição de Rosa Luxemburgo, que entende que o capitalismo só pode existir amparando-se em relações externas a ele¹⁵. Em Moore, a raiz dessa problemática, acreditamos, está justamente na mediação descuidada – para dizer o mínimo – entre trabalho e força de trabalho. Não por acaso, o léxico ricardiano é utilizado ao longo de todo o livro pelo autor. Ele iguala, em vários momentos de sua obra, o trabalho doméstico ao trabalho assalariado.

Entendemos que o autor busca, ao trazer as relações que se dão fora do âmbito imediato do assalariamento, demonstrar a importância dessas relações sociais para o funcionamento do sistema capitalista, o que é certamente um campo rico de pesquisa no

¹⁴ Se podemos falar, de fato, em um limite natural para a subsistência humana, e abaixo desse não seria possível sequer o exercício labora de maneira satisfatória, o que determina, na sociedade capitalista, o que é a subsistência são as relações sociais e a correlação de força entre as classes.

¹⁵Para uma crítica desta abordagem, ver Fontes (2010)

marxismo hoje. Todavia, o caminho que toma incorre em alguns equívocos, como apontamos. .

Em sua ‘evolução’ da compreensão de natureza barata, que Moore apresenta em seu livro mais recente, *History of the World in Seven Cheaps Things*, escrito em conjunto a Raj Patel, a inclinação fisiocrata do autor fica ainda mais clara, já que a força de trabalho, tal qual formulada categoricamente por Marx, desaparece. Os Sete Baratos se resumem a: natureza; dinheiro; trabalho; cuidado; comida; energia e vidas. Fica claro que o trabalho, para Moore e Patel (2017), não é diferente quando executado domesticamente e quando é executado de maneira assalariada. A mãe de família que cuida de seus filhos, os educa, os ama e os nutre, está realizando, para os autores, ‘trabalho não pago’. Isto é, para os Moore, já que essa ideia já estava implícita em *Web of Life*, não há distinção entre o trabalho produtor de valores de uso e o trabalho produtor de valores de troca. Mesmo que no início do capítulo 2 de *Web of Life* ele mencionasse essa diferença, essas categorias são pouco mobilizadas ao longo de sua exposição e se perdem diante do ecletismo do autor.

É por esse uso descuidado das categorias marxianas, sobretudo aquela que Marx entendia como fundamental para compreendermos as relações sociais de tipo capitalista, a força de trabalho enquanto mercadoria, que Moore (2015), tal qual os fisiocratas, acabará afirmando que os ciclos de acumulação serão sempre dependentes da natureza. A própria produtividade do trabalho humano se torna dependente dos ciclos de natureza barata.

Ao criticarmos essa lógica expressa pelo geógrafo estadunidense, não estamos negando que a natureza, e que a forma com o que a sociedade capitalista dela se apropria não sejam importantíssimos para a reprodução do capital, estamos apenas salientando que a natureza é condição fundamental para o trabalho, este entendido enquanto atividade teleológica exclusivamente humana, enquanto a condição fundamental para a existência do capitalismo através de seu duplo caráter, configurando a mercadoria *suis generis*, a força de trabalho.

Como destaca Malm (2018), ao nublar a capacidade ativa única do trabalho humano, Moore abre caminho para uma teoria contemplativa, em que a capacidade de resistir a atual catástrofe ecológica não parece se situar centralmente na humanidade. As contradições da natureza parecem se colocar ao capital, a despeito dos processos de luta

social. Portanto, embora a obra de Moore levante importantes considerações no debate, devemos ser cuidadosos e retomar a centralidade da práxis humana, em sua capacidade revolucionária neste momento de desafios históricos.

REFERÊNCIAS

Bennett, J. (2015) “Systems and Things: On Vital Materialism and Object-Oriented Philosophy”, pp. 223–40, in R. Grusin (ed.) *The Nonhuman Turn*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

BURKETT, Paul. The value problem in ecological economics: Lessons From the Physiocrats and Marx. *Organization & Environment*. Vol. 16 No. 2, June 2003 137-167,

BURKETT, Paul. Marxism and ecological economics: toward a red and green political economy. V.11.2006

CASSEGÅRD, Carl. *Toward a critical theory of nature: Capital, ecology, and dialectics*. Bloomsbury Publishing, 2021.

DE ANGELIS, Massimo. *Marx's theory of primitive accumulation: a suggested reinterpretation*. 2000.

FONTES, Virgínia M. G. M., et al. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. EPSJV/UFRJ, 2010

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Marxism in the anthropocene: Dialectical rifts on the left. *International Critical Thought*, v. 6, n. 3, p. 393-421, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del cárcere. Disponível em: <
<http://quaderni.gramsciproject.org>>.

HARVEY, David. The nature of environment: dialectics of social and environmental change. *Socialist register*, v. 29, 1993.

HUBER, Matthew T. Enforcing scarcity: Oil, violence, and the making of the market. In: *The New Geographies of Energy*. Routledge, 2013. p. 115-125.

MALM, Andreas. The progress of this storm: Nature and society in a warming world. Verso Books, 2018.

MARTIN, Facundo Nahuel. Kohei Saito: contradições criativas do marxismo ecossocialista. 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Kohei-Saito-contradicoes-criativas-do-marxismo-ecossocialista>

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico. In _____. O capital. São Paulo: Difel, 1980. Livro 4, V1.

MOORE, Jason. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital. Verso Books, 2015.

_____. De objeto a oikēios: Geração do meio ambiente na ecologia-mundial capitalista. In: Ensaios em Ciências Ambientais: Crises, Riscos e Racionalidades, DUTRA, S et. al. (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2016, pp. 167-184.

_____. Metabolic rift or metabolic shift? Dialectics, nature, and the world-historical method. Theory and Society, v. 46, p. 285-318, 2017.

SAITO, Kohei. Marx in the Anthropocene: Towards the Idea of Degrowth Communism. Cambridge University Press, 2023.

SMITH, Neil. Uneven development: Nature, capital, and the production of space. University of Georgia Press, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985

ROSDOLSKY, Roman. A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx. _____. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, p. 371-419, 2001.

QUESNAY, Francois. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Patel, Raj, and Jason W. Moore. 2017. A History of the World in Seven Cheap Things: A Guide to Capitalism, Nature, and the Future of the Planet. Oakland: University of California Press. 328 pp